



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO	<div>ENCAMINHADA NOS TERMOS DO § 2º DO ARTIGO 188 DO REGIMENTO INTERNO 29 MAR. 2012 <i>Adair Marsola</i> Secretário Legislativo</div>	INDICAÇÃO	Nº <u>1067/12</u>
AUTOR: DEPUTADO NEODI - PSDC			

Indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de alterar a Lei nº 222/1989, que institui taxas estaduais, com a finalidade de fixar critérios objetivos e mais justos nas classificações para cobrança de taxa de hotéis, hospedarias, restaurantes, bares e similares.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de alterar a Lei nº 222/1989, que institui taxas estaduais, com a finalidade de fixar critérios objetivos e mais justos nas classificações para cobrança de taxa de hotéis, hospedarias, restaurantes, bares e similares.

Plenário das Deliberações, 14 de março de 2012.

NEODI
Deputado Estadual – PSDC

DIVISÃO DE EXPEDIENTE
Providenciado Em 04/04/2012
Df. PIALE - 081/2012
SP

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 222, de 25 de janeiro de 1989, instituiu as taxas estaduais, que têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, entre as quais está inclusa a taxa de segurança pública.

Essa taxa de segurança pública é cobrada de hotéis, hospedarias, restaurantes, bares e similares, em conformidade com a Tabela “B” da referida Lei, cuja redação foi alterada pela Lei nº 848, de 12 de novembro de 1999.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO		INDICAÇÃO	Nº _____

AUTOR: DEPUTADO NEODI - PSDC

Ocorre que a taxa de segurança pública, em razão do Poder de Polícia em geral, é cobrada por atos relativos a jogos de diversões, com base na classificação antiga da EMBRATUR, que classificava os hotéis, hospedarias e restaurantes pela quantidade de estrelas que lhes eram conferidas, com base nas instalações e serviços que são oferecidos aos hóspedes e clientes.

Atualmente, essa classificação não existe mais e os de hotéis, hospedarias, restaurantes, bares e similares estão pagando taxas altíssimas e abusivas, a título de segurança pública, em razão do poder de polícia do Estado, colocando em situação difícil os proprietários de pequenos e médios estabelecimentos que prestam serviços de hospedagem e alimentação, pois a arrecadação não é compatível com as taxas exorbitantes que são cobradas com os rigores da lei.

Por isso, sugerimos ao senhor Governador do Estado que determine, de forma rápida, que sejam tomadas providências para alterar a Lei nº 222/1989, que institui taxas estaduais, com a finalidade de fixar critérios objetivos e mais justos nas classificações para cobrança de taxa de hotéis, hospedarias, restaurantes, bares e similares pelo poder de polícia em geral.

↗